International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)
Peer-Reviewed Journal
ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O)
Vol-8, Issue-8; Aug, 2021
Journal Home Page Available: https://ijaers.com/
Article DOI: https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.88.48



Productive backyards, solidarity economy and sustainable development in the community of Novas Vidas, Ceará, Brazil

Quintais produtivos, economia solidária e desenvolvimento sustentável na comunidade de Novas Vidas, Ceará, Brasil

Alexandre Oliveira Lima[1], Francisco Antonio de Sousa Rodrigues[2], Meiriane da Silva Pinheiro[3], Antônio Roberto Xavier[4], Marcelo de Oliveira Sindeaux[5], José Cleilson de Paiva dos Santos[6], Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne[7], José Rogério Santana[8]

[1]Doutor em Adminsitração de Empresas pela Universidade de Fortaleza, Professor Colaborador do Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, Brasil.
[2]Mestrando em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis-MASTS e Especialista em Gestão em Saúde, ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
[3]Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentávei-MASTS, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Basileira-UNILAB . Especialista em Docência do Ensino Superior, em Gestão e Coordenação Escolar ambos pela KURIUS (FAK). Especialista em Educação Especial e Neuropsicopedagogia pela Faculdade ÚNICA.
[4]Doutor e pós-doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará, Professor do Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, Brasil.
[5]Bacharel em Ciências Sociais e Especialização em Permacultura e Educação para a Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Ceara (UECE). Consultor de Desenvolvimento no Ambiente de Políticas de Desenvolvimento, Célula de Meio Ambiente, Inovação e Responsabilidade Social do Banco do Nordeste do Brasil S/A.
[6]Mestrando em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (MASTS/UNILAB). Especialista em Museologia pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).
[7]Doutora em Ciência da Informação (University of Brighton, Inglaterra/1998); Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, BrasilICSA/UNILAB.
[8]Pós-doutor pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará PPGE/UFC.

Received: 12 Jul 2021,

Received in revised form: 13 Aug 2021,

Accepted: 20 Aug 2021,

Available online: 29 Aug 2021

***Abstract*— *This paper aims to identify the main characteristics indicative of advances in the solidarity economy via cooperation as an alternative for local sustainable development, namely: Novas Vidas community, located in Ocara, Ceará, Brazil. Indeed, economic difficulties in the context of capitalist society directly impact the strategies for strengthening cooperativism. It is possible to see the importance of the discussion of cooperativism in the perspective of strengthening local development and environmental sustainability. In this sense, for the production of this study,*

***Keywords*— Sustainable development, Solidarity economy, New Life, Ocara-CE.**

the methodological paths of qualitative research were followed, aiming to understand how farmers develop the Solidarity Economy through productive yards in the community with a view to sustainability. Regarding data collection techniques, on-site observation and non-directive interview were used. Regarding the analysis techniques, discourse analysis was applied. As a succinct conclusion, it became clear that the possibility of sustainable development depends on strategic actions or focal public policies.

I. INTRODUCTION

A crise econômica causada pelas políticas intervencionistas praticadas pelo Estado, no contexto da sociedade capitalista, vem gerando o fortalecimento de estratégias de reestruturação da economia, sob o enfoque de propostas alternativas, a partir da cooperação solidária (ALVES el al., 2017). A partir dessas concepções podemos perceber que a proposta de criação de empreendimentos sociais implantados em territórios marcados pela extensa desigualdade social pode constituir iniciativas assistenciais, que visam promover melhores condições de vida de pequenos grupos ou famílias de trabalhadores excluídos das políticas públicas e do atual regime do mercado. “De forma geral, a Economia Solidária não é uma alternativa somente para os pobres e excluídos, mas proporciona avanços em diversos domínios e contextos, e envolve de maneira responsável amplos segmentos da sociedade” (ALVES et al., 2017, p. 246).

De acordo com Silva e Silva (2008), a intervenção do Estado na perspectiva social, sob o enfoque da política social, surge no início do século XIX como resposta ao agravamento da crise econômica e social que afetou diversos países europeu, em que abriu espaço para expansão do capitalismo. Assim sendo, entre as perspectivas de desenvolvimento de alternativas possíveis, o Estado passou a se posicionar como principal mobilizador intervencionista, com enfoque em promover uma movimentação com o objetivo de combater as desigualdades que afetam a grande maioria da população. Assim, tal iniciativa solidária assume o papel de política pública que visa promover a geração de trabalho e renda, através da cooperação solidária, como forma de transformação das classes sociais menos favorecidas pelas políticas estatais.

A cooperação solidária destaca-se como potencial de autonomia social, com vistas a possibilidades de crescimento econômico e melhores condições de vida da população, através do desenvolvimento local (ALVES et al, 2017). A partir dessa análise, compreendemos, então, que a economia solidária pressupõe a representação de um modelo de gestão vinculado aos princípios que buscam a inclusão social dos indivíduos que buscam a recuperação da dignidade humana, que se delineia com o processo de formação de espaços democráticos e de outras maneiras de socialização entre os indivíduos desassistidos pelas políticas públicas estatais. Como expresso por Barbosa, Crubelati e Macedo (2016, p.73).

> Deste modo a educação popular nos permite refletir sobre as relações entre trabalho e educação que se perpetuam no ambiente do trabalho associado sob a ótica da economia solidária que busca pelas práticas formativas, para se contrapor ao viés capitalista rompendo com a lógica de exclusão que se perpetuava nos ambientes de trabalho e subordinação da vida cultural e material.

A partir daí observa-se que o cooperativismo tomou uma forma intensa de destaque como alternativa de mobilização de vários indivíduos que trabalham juntos em busca de determinado objetivo, tanto no sentido da coordenação, como na relação com trabalhadores, que organizam suas atividades em forma de rodízio.

Em outras palavras, a articulação do desenvolvimento econômico permeado com as práticas da economia solidária apresenta crescentes preocupações com as gerações futuras, sobretudo com o surgimento de cooperações que previnam o desemprego (BENINI et al., 2008). Nesse novo olhar para as questões do desenvolvimento econômico e social, a economia solidária, também possibilita a promoção do desenvolvimento sustentável, sendo apresentado como alternativas de produtividade de atividades culturais, econômicas e políticas sociais. (ALVES et al, 2017).

Partindo desse princípio, percebemos, então que a economia solidária parte da dimensão de reestruturação do processo de gestão democrática e de manifestações reivindicatórias que visam o fomento de políticas públicas em prol de soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores, que acabam sendo atingidos de forma recorrente com a exploração do trabalho, e com a consequente degradação dos recursos naturais.

Contemplando esta perspectiva o objetivo central deste estudo é o de caracterizar os avanços da cooperação solidária, como alternativa de desenvolvimento local, na comunidade de Novas Vidas, no município de Ocara, Ceará.

Metodologicamente a referida pesquisa de abordagem qualitativa foi desenvolvida na comunidade Novas Vidas, onde buscamos compreender como os agricultores desenvolvem a Economia Solidária através dos quintais produtivos com vistas ao desenvolvimento sustentável. Para coleta de dados e informações, empregamos as técnicas da observação direta e a entrevista não diretiva. Como técnica de análise aplicou-se a interpretação de conteúdo e análise do discurso.

II. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Antes de falarmos de economia solidária precisamos compreender o contexto de surgimento dessa prática de atividade econômica. Na Europa do final do século XVIII, notadamente na Grã-Bretanha, verifica-se a difusão de diversas máquinas e ferramentas movidas a vapor. Essa inovação tecnológica impulsiona a nascente revolução industrial que serviria de esteio ao intenso desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo do século seguinte (SILVA; SILVA, 2008).

A transição de uma economia baseada primordialmente na exploração da terra para uma produção industrial traz como consequências o crescimento desordenado das cidades e o incremento das desigualdades sociais no cenário urbano. A inexistência de regulamentação do trabalho assalariado nas fábricas nascentes impõe aos trabalhadores urbanos jornadas de trabalho extenuantes, remunerações insuficientes e condições muito precárias de trabalho, de modo que, compromete até mesmo a sobrevivência das famílias.

Diante dessa situação, em resposta a esse cenário de desigualdade social que oprimia a classe operária, diversas ideias críticas ao modo de produção capitalista passam a florescer, a exemplo das ideias socialistas e anarquistas. Neste contexto surgem também propostas de autogestão dos trabalhadores baseadas no associativismo e cooperativismo. Propostas que, mais tarde, dariam origem ao conceito de "economia solidária". A empresa solidária "nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo". Numa empresa deste tipo, o capital é detido por aqueles "que nela trabalham e apenas por eles" (SILVA; SILVA, 2008, p. 2).

De acordo com os autores citados anteriormente, as discussões históricas sobre as lutas sociais e a crescente insatisfação da população estimularam a classe trabalhadora a iniciar um movimento de mobilização em favor do combate ao capitalismo. A economia solidária surge, assim, como nítida resposta ao agravamento da crise do trabalho e a crescente insatisfação popular, ligados por todas as formas sociais, possibilitando a criação de uma nova estratégia do desenvolvimento local (SILVA; SILVA, 2008 E MELO, 2017).

No Brasil as práticas ligadas à economia solidária passam a chamar atenção a partir da década de 1990. Diversas cooperativas de produção, trabalho consumo e crédito surgem como resposta à exploração e exclusão no mundo do trabalho decorrente da crise econômica pela qual atravessava o país. A falência de algumas empresas levam seus trabalhadores a buscarem novas formas de organização e autogestão visando a manutenção de seus postos de trabalho. (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

> Foi o caso — inaugural —, no início dos anos 1990, dos trabalhadores da Makerli, empresa de razoável porte do ramo calçadista, em Franca/SP, que se organizaram sob a forma cooperativa para tentar salvá-la. Empresas desse tipo, e em todo o país, foram progressivamente se associando e surgiu, logo a seguir (1994), a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), que no início desta década já contabilizava o acompanhamento de um conjunto estimado em 150 empresas, sendo a grande maioria cooperativas e envolvendo cerca de 30 mil trabalhadores (TAUILE e RODRIGUES, 2004, p.38).

A partir daí, praticas de associativismo e cooperativismo ganham grande destaque nas novas propostas de desenvolvimento local. De acordo com Melo (2017), o desenvolvimento local surge como fator de produtividade que permeia o desenvolvimento econômico baseado em fatores de produtividade e capacidade de atuar em processos que amplie os interesses econômicos coletivos e capacidade de atuar em conflitos sociais. Entre essas perspectivas podemos ressaltar a criação de políticas públicas pelo Estado, apresentadas como novos projetos que buscam atuar em diferentes realidades locais.

Na visão de Melo (2017, p. 8) "tais iniciativas solidárias apresentam-se determinadas também pela preocupação social através da solidariedade, da cooperação com a emancipação social através da solidariedade, da cooperação e da associação entre os

trabalhadores vulneráveis socialmente ou excluídos [...]". Assim sendo, podemos compreender que as forças produtivas locais são exercidas pelos membros da sociedade civil, que integram o grupo de pessoas em busca de melhores condições de sobrevivência econômica para suas famílias e de sustentabilidade ambiental.

> Da mesma forma que o desenvolvimento local se configura como uma alternativa ao processo clássico de desenvolvimento econômico, também se estabeleceram as diretrizes para uma nova agenda de crescimento baseada na sustentabilidade ambiental, isto é, o desenvolvimento sustentável, em contraposição ao desenvolvimento atrelado e subordinado à racionalidade econômica da produção e acumulação de capital, que era medido e quantificado pelo aumento da produção e pela produtividade dos fatores econômicos. (MELO, 2017, p. 6).

Nessa mesma perspectiva, Barbosa, Crumbelati e Macedo (2016), ressaltam que a economia solidária vem tentando se solidificar como um projeto econômico que se diferencia do capitalismo, no sentido de relações entre os trabalhadores mediante práticas de autogestão baseada em princípios de solidariedade entre os cooperados, com ênfase na igualdade entre os homens. Assim sendo, o desenvolvimento do cooperativismo pressupõe melhores condições sociais e econômicas entre os envolvidos, nos quais acarretam ganhos locais e formação de relações comerciais com outros comércios. Para tanto, é inevitável ressaltar que a solidariedade desenvolvida requer o envolvimento das forças políticas locais que, na maioria das vezes, não valorizam os produtos locais, uma vez que essa forma de produção estratégias de negociações nos quais os preços dos produtos nem sempre são negociados de maneira justa, em função da concorrência dos produtos negociados tradicionalmente.

Assim se expressa Duarte et al. (2018, p. 8).

> Não obstante, ao possuir um perfil competitivo nessas redes, necessita certificar sobre as condições de condicionamento, volume e embalagem, nas quais os preços nem sempre são ajustados com as compras personalizadas ou com o abastecimento acoplado a grupos associativos ou cooperativas de pequenos produtores.

Com base nisso, na atual situação do estágio do capitalismo contemporâneo, a cooperação solidária pode abrir caminhos para possibilidades de suscitar uma nova concepção de trabalho na medida em que o sujeito é considerado "livre" para garantir a sua subsistência em que o desenvolvimento sustentável perpetua no trabalho do cooperado. (BARBOSA; CRUBELATI; MACEDO, 2016). Desse modo, compreendemos que o cooperativismo solidário busca uma nova configuração, com ênfase no desenvolvimento social mediante a prática de autogestão, para superar os desafios do atual cenário de exclusão que prevalece na conjuntura do mercado capitalista.

III. COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE

A agricultura familiar é um ramo do cooperativismo que vem crescendo significativamente nos últimos anos. De acordo com Silva e Ferreira (2019), os desafios enfrentados são muitos, no qual atinge diversas questões de mercado, tais como dificuldades no relacionamento com o mercado, inovações organizacionais, dificuldades nas questões de logísticas e comercialização local. A partir desse contexto é possível perceber que esse ramo da economia ainda se encontra em processo de construção, visto que, a economia solidária enfrenta o grande desafio de alcançar a visibilidade da agricultura familiar de competir com o agronegócio empresarial (SILVA, 2011).

Segundo Assis, Priore e Franceschini (2015), no meio rural a pobreza e a desigualdade social são os principais responsáveis pela fome e a exclusões sociais de pequenos grupos de produtores, em razão do fato das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural privilegiam apenas, a produção em grande escala. Diante desse contexto, podemos compreender que esses pequenos produtores rurais produzem apenas para manter a subsistência das suas famílias.

Porém, é válido ressaltar que nos últimos anos as políticas sociais vêm tentando abrir espaços para dinamizar a ascensão desse tipo de empreendimento. Entre essas estratégias podemos ressaltar a viabilização dos pequenos produtores rurais a comercializarem seus produtos em iniciativas econômicas, como o Programa de Aquisição Alimentar- PAA, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social- MDS, mediante a combinação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, que possibilita a inserção dos pequenos produtores a fornecerem alimentos diversificados e orgânicos na alimentação das escolas públicas, estimulando a economia local e a valorização do trabalho humano.

De acordo com Santana e Lima (2018, p. 317-318),

> O programa é gerenciado por um comitê de representantes do Ministério do

> Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Sua operacionalização é realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo próprio MDS, em parceria com os Municípios e Estados. Ademais, é implantado, principalmente, a partir das seguintes modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea e Incentivo à Produção de Leite.
>
> Aliado a todos esses aspectos, isso reforça o importante papel atribuído a qualquer produtor rural, principalmente as atividades de produção social, que também contribui para o desenvolvimento local e favorece para o abastecimento de alimentos para comércio do município, ou outras regiões.

Aliado a todos esses aspectos, isso reforça o importante papel atribuído a qualquer produtor rural, principalmente as atividades de produção social, que também contribui para o desenvolvimento local e favorece para o abastecimento de alimentos para comércio do município, ou outras regiões.

Assim, dentro desse contexto, é importante destacarmos o que diz a Lei 11.326, que trata sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que em seu Art.4º apresenta os seguintes princípios:

> I - descentralização;
>
> II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
>
> III - eqüidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
>
> IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Historicamente, os princípios de sustentabilidade passaram a ser um tema de intensa discussão, principalmente no nível da agenda das políticas sociais. Segundo Jacob (1999, p. 39), "a área social é atualmente onde se explicitam os maiores desafios de respostas que possibilitem uma articulação dos diferentes interesses em jogo". Nessa direção, torna-se essencial a participação popular nos espaços que contemplem a organização das agendas governamentais, e consequentemente inserir os problemas socioambientais nas discussões contemporâneas do aumento da exploração dos recursos naturais do planeta. Na questão social, as práticas de sustentabilidade podem ser consideradas um projeto uma importante estratégia de combate dos contrastes das desigualdades sociais, como também melhorar as condições de vida dos indivíduos e a conservação ambiental (CARVALHO, 2019).

Sobre esses aspectos Barbosa, Crubelati e Macedo (2016, p. 76) ressaltam que,

> A busca por experiência de trabalho associado é a tentativa de estabelecer práticas econômicas solidárias que primariam por uma sustentabilidade humana nos princípios da dignidade e transformação das realidades impostas trazendo o trabalho associado como alternativa para romper com essa lógica imposta.

Diante desse contexto, torna-se essencial difundir o conceito de sustentabilidade, em qualquer atividade produtiva que visa o crescimento econômico, assim como no âmbito da sociedade de maneira geral. Com isso, vale ressaltar que o quadro socioambiental surge como ideia de integrar forças positivas em prol da causa de qualificar o desenvolvimento na causa do universo do desenvolvimento sustentável.

Jacob (1999, p. 34) ratifica isso ao afirmar que;

> O conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma idéia força integradora para qualificar a necessidade de pensar uma outra forma de desenvolvimento. Seu fundamento provém da necessidade percebida de busca de um equilíbrio em relação às capacidades e às limitações existentes. O desenvolvimento e o bem estar humanos requerem um equilíbrio dinâmico entre população, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva.

Com isso, pode-se concluir que o processo de construção da inclusão social, envolvendo a inserção da sustentabilidade, tem o poder de promover a democratização do processo produtivo, permitindo à participação popular, direta ou indiretamente no

encadeamento do desenvolvimento socioeconômico, representado por iniciativas de forças produtivas locais, como no caso da economia solidária.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre a Economia Solidária foi desenvolvida na comunidade de assentamento, denominada Novas Vidas, localizada na cidade de Ocara, cuja base econômica é a agricultura de subsistência e a produção de castanha de caju. A referida comunidade está localizada entre serras e sertões da Macrorregião do Maciço de Baturité, a 85 quilômetros da capital do Estado do Ceará, Fortaleza (Figura 1).



Fig.1: Plantação de horta na comunidade Novas Vidas.

Fonte: Acervo dos autores (2021).

Desde o ano de 1997, a comunidade é associada ao ADAO (Associação do Desenvolvimento da Agricultura Orgânica), a partir desta, a comunidade dissemina seu trabalho de produtos orgânicos além da região do Maciço de Baturité. Segundo Van Bellen (2006) o desenvolvimento sustentável deve atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. As frutas, legumes e verduras produzidas pela agricultura familiar da comunidade de Novas vidas são comercializados nas comunidades vizinhas, no centro de Ocara e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2020) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 2021).

A quantidade de famílias que trabalham e produzem frutas, legumes e verduras para agricultura familiar, são apenas sete. O entrevistado, um dos maiores produtores da comunidade, Antônio Sabino, mas popularmente conhecido como Bitonho, alega que a maioria das famílias estão bem "desligadas" no que se refere à realização do trabalho dos quintais produtivos como subsistência. Alguns chefes de família estão aposentados, sem descendentes para continuar o trabalho, outras famílias produzem apenas para o consumo. As sete famílias que desenvolvem o trabalho da Economia Solidária nos quintais produtivos tem como base o trabalho de subsistência. Bitonho fala com emoção o quanto é gratificante e prazeroso o trabalho na agricultura, segundo ele, a pessoa pode está com qualquer stress, ao chegar ao campo de plantações logo fica bem, esquece qualquer problema, é uma terapia prazerosa. Desse modo, "é gratificante ver seu trabalho disseminado em prol de uma educação alimentar saudável nas escolas onde os próprios filhos estudam", fala o agricultor entrevistado apresentando os quites prontos para entrega, como podemos ver na Figura 2.



Fig.2: Quites do PAA prontos para enviar para as escolas municipais de Ocara.

Fonte: Acervo dos autores (2021).

A comunidade dispõe de recursos hídricos, três açudes que no período do verão fazem a irrigação das plantas, período em que mais produzem. No período do inverno é bem complicado, as plantas ficam queimadas, pois são plantadas livremente sem proteção de estufas, a terra fica com excesso de água causando uma produção bem inferior. Contudo, as famílias produzem frutas: goiaba, mamão, acerola, as quais são comercializadas frescas e outras são transformadas em pompas. Legumes: feijão, milho, quiabo, jerimum, abobrinha, tomate, pimentão, pimenta de cheiro. As verduras: coentro, cebolinha e alface. Já está sendo executado o projeto de produção de banana nos quintais produtivos com previsão para 2022, ser uma fruta associada no fornecimento no PAA e PNAE.

Vale ressaltar, que o entrevistado elencou que um dos membros da Economia Solidária além de fornecer produtos para o PAA, ainda é cadastrado no (PNAE) junto a uma cooperativa que fornece produtos da agricultura familiar para todo o Maciço de Baturité. Desse modo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta em sua décima disposições gerais, "agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários". (BNCC, 2018, p. 9-10).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de princípios sustentáveis, a presente escrita teve como problema/hipótese de pesquisa perceber que a economia solidária parte da dimensão de reestruturação do processo de gestão democrática e de manifestações reivindicatórias que visam o fomento de políticas públicas em prol de soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores, que acabam sendo atingidos de forma recorrente com a exploração do trabalho, e com a consequente degradação dos recursos naturais.

Dessa forma, elencou como objetivo principal identificar as principais características indicadoras de avanços da economia solidária via cooperação como alternativa para o desenvolvimento sustentável local, na comunidade de Novas Vidas, município de Ocara, Estado do Ceará, Brasil.

Assim, foi possível perceber que uma das principais economias apresentadas no município de Ocara, é a agricultura de Subsistência, ou seja, uma atividade que traz como princípios a economia solidária, interligando e interagindo com os diversos setores da sociedade.

Corroborando na defesa de um planeta sustentável, devemos buscar políticas públicas que fortaleçam as famílias no desenvolvimento de suas ações na comercialização dos produtos orgânicos em larga escala, buscando ao mesmo tempo apoio de diferentes segmentos da sociedade para que de fato aconteça a preservação da educação ambiental, seguindo fatores determinantes para a sustentabilidade equilibrada do planeta.

Os valores de preservação do meio ambiente devem ser trabalhados primordialmente no chão da sala de aula, visto que a BNCC traz habilidades que devem ser desenvolvidas a partir da matriz curricular anual das escolas. Assim, os projetos desenvolvidos devem conter ações plausíveis sobre os impactos ambientais e a importância do consumo de frutas, legumes e verduras orgânicas e de produção dos quintais produtivos, garantindo a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 através do Programa de Apoio à Pós Graduação (PROAP).

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, Juliano Nunes. et al. **A** Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cadernos Ebape.Br**, [s. l], v. 14, n. 2, p. 243-257, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120257. Acesso em: 01 abr. 2021.

[2] ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 617-626, fev. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.02292015. Acesso em: 04 ago. 2021.

[3] BARBOSA, Ana Paula; CRUBELATI, Ariele Mazoti; MACEDO, Claudemir de. A importância do cooperativismo no fomento à economia solidária na ótica da educação popular. **Revista de Educação do Vale do Ariano**, Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 71-83, 2016.

[4] BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Samia/Downloads/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site%20(2).pdf

[5] _______. **LEI Nº 11.326,** de 24 de julho 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.

[6] _______. Ministério da Educação-MEC. Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Governo Municipal de Ocara. Funda Municipal de Educação. **Processo administrativo Nº 02204001/21. Contrato Nº 20210132**. Ocara, 2021.

[7] ________. Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Compra com doação simultânea**. Termo de Adesão Nº 119/2012 DAS/MC**. Ocara, 2020.

[8] _______. **Resolução CD/FNDE nº 26,** de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2013.

[9] CARVALHO, Gláucia Oliveira de. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental.** Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 779-792, 2019.

[10] JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, [*s. l*], v. 8, n. 1, p. 31-48, 1999.

[11] PINHEIRO, M. S; XAVIER, A. R; REIS, E. C. **Qualidade de vida e sustentabilidade: projeto Amigos Solidários em Ocara, Ceará, Brasil**. In:______. SÁ, L. F. Sociobiodiversidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: experiências, limites e possibilidades (Org). . Fortaleza: Imprece, 2020, p. 128-147.

[12] PINHEIRO, S. M; CASTRO, A. A; XAVIER, A. R**. A BNCC e as práticas culturais sustentáveis no assentamento de Novas Vidas, Ocara, Ceará**. In: _____;LIMA, M. D. B.; LIMA, M. V. G.; MUNIZ, . R. A.; CARNEIRO, J. M.; MILHOMENS, R. B (Org). III

Congresso de Educação Instituto Dominus (III CEID). – Viçosa: Imprece, 2019, p. 332-349.

[13] SABINO, Antônio. **Entrevista**. 31 mar. 2021. Meiriane da Silva Pinheiro Novas Vidas, Ocara, 2021. 1 Arquivo Mp3 e 1 arquivo transcrito.

[14] SANTANA, Luiz Sérgio Lopes; LIMA, Filipe Augusto Xavier. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p. 311-336, 20218.

[15] SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do Trabalho Científico**. – 23. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

[16] SILVA, Helaine Higino da; FERREIRA, Aldenor da Silva. O cooperativismo e a agricultura familiar no Distrito verde**,** Naviraí/MS. In: III Encontro internacional de gestão, desenvolvimento e inovação, 3. 2019, Mato Grosso do Sul. **Anais [...].** Mato Grosso do Sul: UFMT, 2019. v. 3, p. 1-17.

[17] SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. E-**Cadernos Ces**, [S.L.], n. 02, p. 1-15, 1 dez. 2008. OpenEdition. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4000/eces.1451. Acesso em: 01 mai. 2021.

[18] TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. **Economia solidária e autogestão:** a criação e recriação de trabalho e renda. 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250 . Acesso em 04 ago. 2021

[19] VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade:** Uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.